



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

Relatório de participação na

***5.ª Conferência Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional***



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

ACTUAR - ACD

Sumário

Sumário	1
Introdução: história e estrutura do Sistema Brasileiro de SAN	3
As atividades da 5. ^a CNSAN.....	6
Comentários à 5. ^a Conferência	14
Anexo.....	17



Introdução: história e estrutura do Sistema Brasileiro de SAN

A experiência brasileira em matéria de políticas públicas obteve reconhecimento internacional. O seu caráter inovador, fazendo finca-pé na participação da sociedade civil na definição de políticas públicas, atraiu a curiosidade e o interesse internacional. O facto de o Brasil ter saído do mapa da fome das Nações Unidas em 2013 reforçou o interesse em conhecer esta experiência. O relatório abaixo apresenta o relato da participação como observador de um membro da ACTUAR na 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que se realizou em Brasília 3 a 6 de novembro de 2015.

Os atores ligados ao tema sublinham insistentemente dois antecedentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: os trabalhos de Josué de Castro nas décadas de 1950 e 60 e a primeira Conferência Nacional da Alimentação e Nutrição em 1994¹. Josué de Castro, em sua obra, demonstrou que a fome não era um fenómeno natural, nem uma maldição que se abate sobre os povos. É antes um fenómeno social que pode ser resolvido pela ação humana.

Posteriormente, no início da década de 1990, a carístia que afetava o Brasil, sobretudo no Nordeste, levou a uma grande mobilização da sociedade civil que se consolidou na Ação pela Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Este movimento organizou comités de bairro que coletavam alimentos e distribuía entre os grupos sociais mais carenciados. A mobilização da sociedade civil levou o governo a criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que ajudou a realização da Conferência Nacional da Alimentação e Nutrição em 1994. Esta experiência, entretanto, não teve continuidade. Alinhado com o clima neoliberal que então se vivia no mundo, o governo Brasileiro deu prioridade ao combate à crise e à inflação.

A retomada do diálogo entre a sociedade civil e o governo para o desenho de políticas em prol da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada somente viria a ser retomado em 2003. Para isso contribuiu a eleição de Lula da Silva com Presidente da República do Brasil. Nesse ano é recriado o CONSEA que preparou a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 2004. Esta conferência definiu os eixos de um Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para 2004-2007. Entretanto, o CONSEA foi mandatado para trabalhar numa Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A lei, aprovada pelo Congresso Nacional em 2006, estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) cuja estrutura é apresentada na Figura 1.

O SISAN expressa o caráter multissetorial e participativo de uma política Segurança Alimentar e Nutricional. O CONSEA é o espaço de diálogo por excelência entre o Estado e a sociedade civil. A sua composição é de 2/3 de membros da sociedade civil e 1/3 de representantes do governos, isto é, por cada representante do poder executivo indicado, pelo governo para o CONSEA, a sociedade civil tem direito a eleger dois delegados. Atualmente, o CONSEA é composto por 19 delegados do governo e, conseqüentemente, por 38 delegados da

¹ Ver, por exemplo, Francisco Menezes, “A participação social no Fome Zero: a experiência do CONSEA” in Silva, J.; Del Grossi, M. E. e França, C. G, *Fome zero: a experiência brasileira*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2010.

sociedade civil. O CONSEA é um órgão consultivo da Presidência da República e tem como missão aconselhar o Presidente em matéria de SAN. Está por isso localizado no nível máximo do poder executivo.

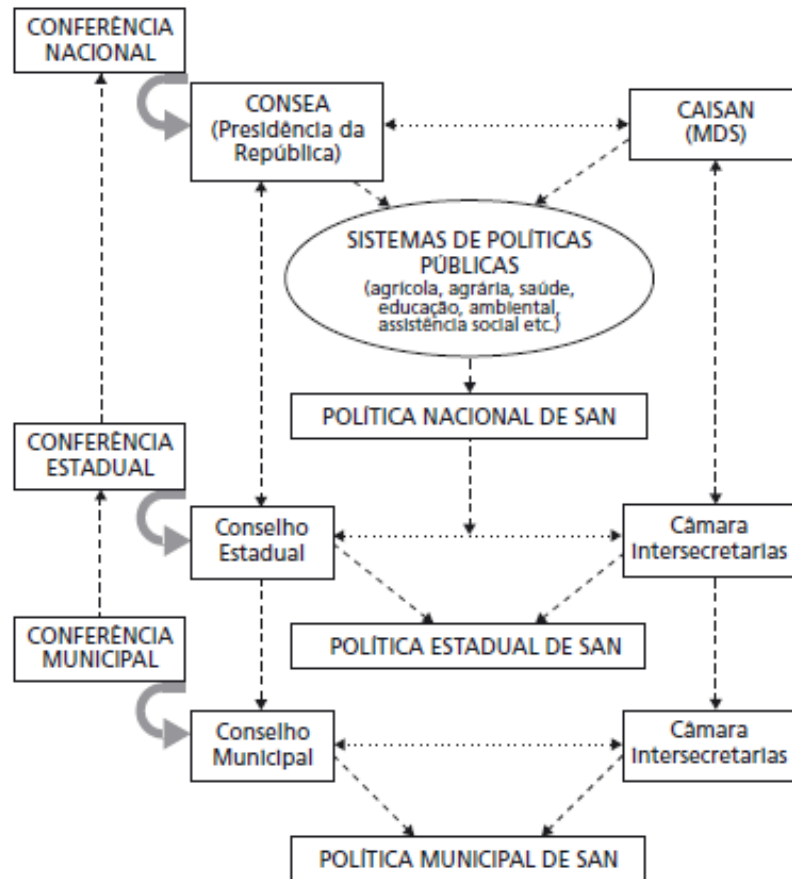


Figura 1 – Sistema brasileiro de segurança alimentar e nutricional²

A necessidade de vincular as políticas de SAN ao nível superior do poder executivo, a Presidência da República, decorre da sua natureza intersectorial. A realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada exige medidas em múltiplos sectores, que não envolvem apenas a agricultura, mas incluem também pelo menos a educação, a saúde e a segurança social. O seja, reúnem vários ministérios e serviços públicos. Essa necessidade de coordenação intersectorial e interministerial se expressa igualmente na existência da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) que reúne os serviços do Estado relacionados com o tema, e tem a secretaria do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS).

A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) tem a mesma composição do CONSEA – 2/3 de membros da sociedade civil e 1/3 de representantes do governo – e reúne a cada quatro anos para definir os eixos do Plano Nacional de Segurança

² Renato Maluf, “O CONSEA na construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional” in Silva, J.; Del Grossi, M. E. e França, C. G, *Fome zero: a experiência brasileira*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2010.



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

Alimentar. Cabe à CAISAN elaborar o plano em consulta com o CONSEA e de acordo com as orientações emanadas da conferência. Além disso, é também na conferência que são eleitos os membros do CONSEA.

Como mostra a figura acima, a estrutura criada a nível federal em 2003 é reproduzida aos níveis estadual e municipal, segundo a LOSAN de 2006. Contudo, a implementação a nível estadual e recente e a nível municipal é incompleta.

A terceira e quarta conferência foram realizadas respetivamente em 2007 e 2011 com os mesmos objetivos: contribuir para a formulação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos anos subsequentes; avaliar o SISAN e eleger o novo CONSEA. Recordo o antigo Presidente do CONSEA, Renato Maluf³, que a III Conferência surpreendeu a sua comissão organizadora. Aprovada a LOSAN em 2006, a comissão organizadora decidiu dar prioridade ao debate acerca da estratégia do Programa Nacional de SAN, secundarizando a avaliação do SISAN. Não obstante, observando o atraso na implementação do sistema, os delegados à conferência alteraram o programa para dar relevo a essa problemática.

A quinta Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como se vai entender claramente na segunda parte deste trabalho, tinha como objetivo estratégico ampliar a base de militância em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada. A conferência esteve claramente enquadrada no contexto político do país. O país atravessa uma crise económica que se transformou numa grave crise política que atingiu o Partido dos Trabalhadores (PT). As políticas sociais da última década enfrentam riscos decorrentes tanto do esforço de contenção financeira do governo quanto da associação com o PT que as promoveu. Tratou-se, portanto, de defender as conquistas dos últimos dez anos que se centraram sobretudo na agricultura e no meio rural, conquistando uma militância urbana em torno do Fome Zero. Por isso, o lema da conferência foi “Comida de verdade no campo e na cidade”, elevando a relevância do consumidor ao patamar que até agora foi dado ao produtor.

Por outro lado, esta foi a primeira conferência que ocorreu com o Brasil fora do mapa da fome. Em 2013, a FAO afirmou que o Brasil era um país livre de fome. Portanto, era necessário reorientar e renovar o mandato dos órgãos do SISAN nesse contexto. Com o lema “Comida de verdade no campo e na cidade”, a conferência assinala a necessidade de uma política da boa nutrição, não apenas destinada a produzir alimentos quantitativamente suficientes, mas qualitativamente saudáveis visando o combate a doenças alimentares como a obesidade. Isto quer dizer que a educação alimentar e a saúde terão de, pelo menos, ser levadas ao nível que até agora vem sendo dado à agricultura familiar.

³ Idem.



As atividades da 5.ª CNSAN

Com o objetivo de dar a conhecer a dinâmica da conferência, apresentamos em seguida um relato das atividades ocorridas nos dias 2 a 5 de novembro de 2015, relativas à 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

DIA 0: ATIVIDADES PARA PARTICIPANTES ESTRANGEIROS NA 5.ª CONSEA

O “Dia 0” foi dedicado à recepção das entidades estrangeira que ocorre antes de cada Conferência pela quarta vez. Como informou Renato Maluf nas boas vindas que deu, como membro do CONSEA, às delegações estrangeiras, o objetivo desta sessão foi discutir a participação da sociedade civil em mecanismos de participação globais e regionais da sociedade civil com relevo para o CONSEA.

Jorge Stanley, de nome indígena Mani, veio do Panamá para falar em nome do Conselho Internacional de Tratados Indígenas e relatar a sua experiência de trabalho junto ao Conselho de Segurança Alimentar Mundial (CSA). O Conselho Internacional de Tratados Indígenas é uma organização de indígenas com bastantes anos dedicada ao lobby e advocacia nas Nações Unidas para a elaboração e aplicação de tratados indígenas.

Mani lembra o caráter único do CSA: nenhum outro órgão das Nações Unidas assegura um espaço similar a sociedade civil. Para ele a agenda da sociedade civil tem encontrado entraves fortes, mas ao longo do tempo têm conseguido avançar com alguns dos pontos. As Diretrizes Voluntárias sobre a Boa Governança da Terra foram um dos logros recentes mais importantes. O CSA tem conseguido produzido muitas recomendações de política bastante positivas. Não obstante, tem sido difícil que estas sejam aplicadas a nível nacional. Assim, a monitoria é o desafio colocado atualmente à sociedade civil representada no CSA.

Vanessa Schottz é membro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, o qual é membro da Rede Regional da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP) e do comité de coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar da CPLP (MSC-CONSAN). Vanessa apresentou um balanço do trabalho do MSC e os desafios futuros colocados.

A articulação da sociedade civil dos países da CPLP data de 2007, com a constituição da REDSAN, tendo inclusive contribuído para a aprovação da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP) pelos governos da CPLP. Esta estratégia é baseada na realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e tem contribuído para o fortalecimento da cooperação em matéria de SAN para com os países da CPLP. Com a estratégia aprovada, a sociedade civil reforçou a sua demanda de criação de espaços de participação em cada um dos países da CPLP, colocando como desafio a capacitação da sociedade civil. Atualmente a estratégia do MSC-CONSAN passa por três grandes eixos: 1) reconhecer o papel central da agricultura familiar para a SAN e a necessidade de políticas públicas de promoção da AF; 2) advogar a criação e fortalecimento de conselhos nacionais de SAN; e 3) promover a



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

agroecologia como modelo de produção de alimentos mais adequado à realização progressiva do DHAA.

Fernando Lopez veio do Uruguai para representar a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (COPROFAM). Esta organização articula representantes da agricultura familiar na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Esta organização fazendo lobby e advocacia no Reunião Especializada para a Agricultura Familiar do Mercosul (REAF). Lopez indicou vários resultados desse trabalho como o reconhecimento e a realização de cadastros da agricultura familiar; a existência recomendações sobre a excessiva contratação da terra; e a realização de compras públicas para a agricultura familiar. Não obstante, existem vários desafios ao nível da dotar a sociedade civil de meios (nomeadamente financeiros) para participar de forma equitativa na REAF e ao nível da implementação das recomendações regionais pelos Estados parte.

William Matias, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do Brasil, contou da sua experiência de lobby e advocacia na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. William notou que esta experiência é bastante distinta das anteriores, pois não existem mecanismos de participação formal da sociedade civil. É necessário, com apoio dos países do MERCOSUL onde existe a experiência de trabalho na REAF, começar a trilhar um caminho nesse sentido. Além do mais, considera-se este uma experiência de integração regional interessante pois tem tido como objetivo buscar uma visão comum de políticas entre os países diferente da OEA (Organização de Estados Americanos), cujas orientações são fortemente influenciadas pelos EUA. O reconhecimento da importância da sociedade civil e da centralidade da agricultura familiar nas políticas de SAN ainda constituem desafios para a CELAC.

Renato Maluf encerrou o painel com uma reflexão sobre as políticas de cooperação Sul-Sul, isto é, horizontais (pelo menos me teoria). Sua reflexão se baseia em uma pesquisa sobre os efeitos da cooperação brasileira nos países africanos de língua portuguesa e em considerações sobre as relações do Brasil com países vizinho da América do Sul. As suas conclusões são que existem duas grandes tendências de cooperação em matéria de SAN. A primeira assenta na clássica visão de aumentos da produtividade agrícola com ganhos de escala, isto é, na expansão da agricultura de grande porte com vista ao embaratecimento dos preços dos produtos agrícolas. A segunda baseia-se na participação e na centralidade da agricultura familiar. Curiosamente, o Brasil tem “exportado” simultaneamente os dois modelos: ao mesmo tempo que favorece a grande agricultura com o programa ProSavana, também difunde os modelos participativos e de valorização da agricultura familiar através da ESAN-CPLP. Mas, sobretudo, Renato notou a falta de transparência na definição das prioridades da cooperação.

DIA 1: ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES PARA PARTICIPANTES ESTRANGEIROS E ABERTURA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Hoje decorreu a segunda sessão das atividades para participantes estrangeiros na CNSAN. Esta destinava-se a informar os participantes estrangeiros da metodologia da conferência, de modo a que possam participar nela, como observadores, de forma mais qualificada. Estas atividades ocorreram pela manhã. Durante a tarde, a houve a sessão de abertura da conferência. Entre as diversos discursos destacam-se a de Maria Emília Pacheco,



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; a de Dilma Russef, Presidente do Brasil. Logo de seguida decorreu a palestra inaugural da conferência proferida por Vandana Shiva.

Pela manhã, Pedro Kitoko, membro do CONSEA, falou sobre a natureza da conferência como um momento de renovar e fortalecer compromissos políticos existentes. Relatou a sua experiência de participação no processo; destacou a dificuldade de realizar as conferências municipais e estaduais preparatórias devido à crise económica que se abateu sobre o Brasil; ressaltou por fim que a crise reforça a necessidade da conferência como instrumento para definir caminhos. Informou-nos também do empenho do CONSEA em realizar uma conferência representativa da diversidade social do Brasil. Métodos de cotas para indígenas, quilombolas (negros) e comunidades tradicionais, bem como conferências temáticas prévias, como a de género, permitem fortalecer estes enfoques no debate da conferência

Nathalie Beghin e Priscila Bocchi explicaram o tema a conferência: “Comida de verdade no campo e na cidade”. Com este título, a conferência pretende colocar em questão as articulações entre cidade e campo na defesa da soberania e segurança alimentar. Todas as discussões são apoiadas por um caderno de debates que subsidia e sistematiza as discussões do nível municipal para o nacional. Esse caderno de debates três eixos.

1. “O que é comida de verdade?” pretende contribuir para um entendimento mínimo dos conceitos de soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada capaz de dialogar com a sociedade.
2. “Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e políticas públicas” pretende dar subsídios para o próximo programa de Segurança Alimentar e Nutricional do governo, que será elaborado em 2016.
3. “Fortalecimento do Sistema de Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” pretende levar a cabo uma avaliação do SINSAN.

Por fim, foi apresentada a metodologia do evento. Em Abril de 2015 foi definida a Comissão Organizadora da conferência; uma análise de conjuntura definiu os temas a abordar. Essa análise apontou o crescimento de tendências políticas contrárias a um desenvolvimento baseado em direitos. Portanto, a conferência teria de ser um momento de reafirmação de compromissos e de ampliação da militância pelo Direito Humano à Alimentação Adequada. Em julho e agosto realizaram-se as conferências estaduais e temáticas, muitas destas precedidas de conferências municipais. Cerca de 10 mil pessoas envolvidas elegeram 2600 delegados à conferência nacional. A conferência realizar-se-á por debates em plenária e grupos de trabalho em torno dos três eixos.

Na sessão de abertura da conferência, Maria Emília Pacheco apresentou os desafios da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Num momento em que vozes se levantam contra as conquistas sociais em torno do Direito Humano à Alimentação, e que no poder legislativo se questiona, por exemplo, os avanços do Fome Zero, é necessário renovar e fortalecer os compromissos políticos. Fortalecer o SINSAN através da sua avaliação é uma prioridade da conferência. Mas é também prioridade da conferência apresentar o seu projeto à sociedade brasileira através do lema “Comida de verdade”. É necessário reconhecer a situação da crise, mas também que não há caminhos únicos: existem dificuldades, mas não podem ser os pobres a pagar por elas. Apontou o caráter contraditório das políticas públicas que ao mesmo



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

tempo que apoiam a agricultura familiar, apoiam o agronegócio e os transgênicos que a ameaçam. Defender “comida de verdade” é defender, para as populações rurais e urbanas, comida saudável livre de transgênicos e agrotóxicos, isto é, produzida por agricultores familiares agroecológicos.

Dilma Russef lembrou que esta conferência, a 5.^a, ocorre 21 anos depois da primeira. Em 1994, respondendo ‘as demandas da Ação para a Cidadania e ‘a Pastoral da Criança, o governo de Itamar Franco organizou a primeira conferência. Apesar das pressões da sociedade civil, a falta de empenho do Estado fez com que a situação perdurasse. Somente em 2003 a situação começa a mudar. Lula da Silva faz a 2.^a conferência e o Estado passa a empenhar-se na luta contra a fome. Em 2013, o Brasil ficou fora do mapa da fome. Isto se deveu ao Bolsa Família (programa de transferência de rendimentos); a programas de fortalecimento da agricultura familiar; a programas de merenda escolar e à participação da sociedade civil no monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento daqueles programas. Para Dilma Russef, o Brasil enfrenta hoje um desafio novo: o da qualidade dos alimentos e da prevenção de doenças ligadas à má alimentação como a obesidade. Isso se conquista com comida de verdade, isto é, com comida que dê saúde, dê prazer e preserve a diversidade dos sistemas agroalimentares locais, isto é, com a agroecologia. E, como a experiência anterior mostra, com participação social.

Seguiu-se a palestra inaugural por Vandana Shiva que começou saudando o título da conferência: “comida de verdade”. De tal modo que a conferência pode ser não só importante para o Brasil, mas para o mundo. Pois hoje os alimentos não nutrem; os sistemas alimentares globalizados não alimentam. Eles roubam a vida do solo e dos camponeses. Os alimentos produzidos ‘a base de agrotóxicos e transgênicos são a causa de um grande número de doenças atualmente existente. Porque reduzem a biodiversidade (de 10 mil plantas alimentares, a humanidade passou a depender de seis) e portanto a qualidade nutricional da alimentação. Alimentos fortificados que pretendem resolver esse problema são apenas um agravamento da situação que vem se deteriorando: um arroz geneticamente modificado para apresentar maior teor de ferro tem ainda assim menos ferro que algumas plantas que, há 20 anos, acompanhavam o arroz na alimentação tradicional da Índia. Por isso preservar sementes crioulas e combater os transgênicos se torna indispensável para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequado. Por isso o seu trabalho tem sido o de incentivar os agricultores a criarem bancos de sementes. Para ela uma boa semente deve ter três qualidades. Primeiro, se multiplicar – o que está nas antípodas das sementes melhoradas e da tecnologia terminadora – e assegurar a segurança alimentar a longo prazo; segundo, ser nutritiva, o que inclui a diversidade de variedades adequadas à cultura alimentar local; e, por fim, ser resiliente e nutrir mesmo em anos e situações desfavoráveis.

DIA 2: PLENÁRIA DE INÍCIO DE ATIVIDADES E GRUPOS DE TRABALHO

O segundo dia de trabalho da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional começou com uma plenária introdutória na qual a Presidente do CONSEA, Maria Emília Pacheco, proferiu algumas palavras acerca dos trabalhos que ocorreram durante este dia e continuarão ocorrendo amanhã. Ela reiterou que a conferência se divide em três eixos temáticos: 1) “O que é comida de verdade?”; 2) “Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

políticas públicas” e 3) “Fortalecimento do SISAAN”. Assinalando que não pretendia esgotar o tema nem substituir-se aos grupos de trabalho, apresentou a conceituação da ideia de “comida de verdade”.

Comida de verdade remete não apenas para os efeitos biológicos do alimento, a nutrição em sentido estrito, mas também para os sentidos e significados do sabor. Isto é, remete para o resgate e a valorização dos sistemas alimentares locais e identidades regionais do Brasil, em suas dimensões culturais e religiosas, no momento em que cresce o preconceito e o racismo que pretendem a homogeneização da sociedade. Mas também contra outras formas de homogeneização e padronização que estão associados a sementes transgênicas, agrotóxicos e alimentos ultraprocessados, enfim, contra a industrialização e privatização da produção e consumo de alimentos.

Esta ideia terá sequência no eixo 2, cujo objetivo é defender os direitos que já foram reconhecidos, reafirmando compromissos que já foram assumidos em conferências anterior e propondo novos passos no avanço do SISAAN. Pois a crise econômica e política que se vive no Brasil começa a ter impactos negativos na Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades. Por exemplo, as mudanças na legislação do Programa de Aquisição dos Alimentos dificultam o acesso dos agricultores ao programa; e mudanças na legislação sobre comunidades tradicionais deixaram os pescadores sazonais sem o acesso diferenciado que antes usufruíam a políticas públicas. A conferência tem como principal objetivo mitigar os perigos de retrocesso e produzir avanços nas políticas públicas em matéria de SAN.

Em seguida foi apresentada a metodologia e a composição dos grupos de trabalho. O eixo 1 e 3 foram discutidos hoje dividindo a plenária aleatoriamente em 26 grupos. Todos os grupos discutiram os resultados sistematizados das plenárias estaduais, auxiliados por um facilitador e um relator treinados pelo Comissão Organizadora da conferência. Amanhã serão apresentados os resultados desse trabalho. O eixo dois conta com muitas recomendações produzidas nas plenárias estaduais. Portanto, estas foram divididas em 9 subtemas. A discussão do eixo 2 ocorrerá por subtemas, havendo 3 ou 4 grupos para cada subtema. Os delegados são se inscreveram livremente nos grupos de trabalho por forma a discutir o subtema com o qual têm mais afinidade. Foram também expostos os produtos que se espera o conjunto dos trabalhos em grupo produza ao longo da conferência:

- **Relativamente ao eixo 1:** um manifesto que explique o que é “comida de verdade” à sociedade brasileira.
- **Relativamente ao eixo 2:** recomendações de política pública, partindo da avaliação das políticas em curso. Pretende-se contribuir para a elaboração de um novo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- **Relativamente ao eixo 3:** a avaliação do SISAAN, tendo em vista o seu fortalecimento

Durante o resto da manhã os grupos reuniram-se para elaborar de forma participativa o manifesto. À tarde os trabalhos continuaram dedicados a avaliação do SISAAN.



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

DIA 3: PLENÁRIA DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE OS EIXOS 1 E 3. GRUPOS DE TRABALHO DO EIXO 2. SAUDAÇÃO DE LULA DA SILVA.

A manhã do terceiro dia da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional começou com apresentação dos resultados dos grupos de trabalho 1 e 3, que haviam sido sistematizados ao final do dia de ontem. A tarde foi dedicada aos grupos de trabalho do eixo 2. Ao final do dia, o ex-Presidente Lula da Silva visitou os trabalhos e proferiu uma palestra para os participantes.

Como havia sido indicado, os grupos de trabalho do eixo 1, que reuniram pela manhã de ontem, tinham que produzir um manifesto coletivo sobre “O que é comida de verdade?”. A metodologia foi a seguinte. Os 26 grupos de trabalho dividiram-se em 6 subgrupos de 5 a 6 pessoas cada com o objetivo de fazer uma chuva de ideias sobre o histórico do tema/conquistas; a definição de comida de verdade; e o chamamento, isto é, o público do manifesto. Numa segunda parte da reunião, os subgrupos foram reorganizados em três grupos – histórico, definição e chamamento – com o objetivo de traduzir a chuva de ideias em um parágrafo. Os três parágrafos produziram o manifesto do grupo de trabalho. Ao final do dia, os 26 manifestos foram sintetizados em um, que foi lido e aprovado por aclamação em plenária.

O manifesto aprovado segue anexo a este relatório.

Os grupos de trabalho relativos ao eixo três reuniram na tarde de ontem. Em cada eixo de trabalho se levantaram um conjunto de ideias força com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Essas ideias força foram identificadas individualmente e sistematizadas, quer dizer, identificadas as duplicações nos grupos. Ao final do dia, em paralelo com a sistematização dos trabalhos de grupo do eixo 1, ocorreu a sistematização dos trabalhos de grupo do eixo 3. Quer dizer, as ideias força duplicadas foram juntas em uma só; quando isso ocorreu, a redação foi alterada, sempre que necessário, não obstante do esforço para manter a formulação original. As ideias força com maior número de repetições foram consideradas prioritárias.

Hoje, uma lista de 27 páginas de ideias força foi lida e sujeita a alterações em plenária. Finalmente aprovada. Essas ideias força são agora recomendações que a conferência faz ao CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e à CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) para fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em seguida, os delegados procederam à priorização das mais de 300 propostas de políticas públicas em matéria elaboradas nas conferências municipais e estaduais que antecederam a conferência. Estas são as propostas que a conferência fará ao CONSEA e à CAISAN para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no próximo ano. Outrossim, os grupos de trabalho reuniram para indicar mais duas propostas, por cada um dos 9 subtemas do eixo 2, não constantes no caderno de propostas que serão incluídas na lista amanhã.

Na manhã de hoje, os participantes da conferência foram surpreendidos com a notícia que o ex-Presidente Lula da Silva proferiria uma palestra no final do dia. A palestra começou as 18h30. Maria Emília Pacheco, presidente do CONSEA, agradeceu a presença de Lula da Silva,



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

cujo governo criou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que estabelece a conferência. E lembrou a luta que vem pela frente contra os transgênicos, os agrotóxicos e os alimentos ultraprocessados, quer dizer, por comida de verdade. Tereza Campelo, Ministra do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome agradeceu a Lula da Silva pela presença, lembrando que foi no seu governo que a sociedade civil, empenhada no combate à fome, encontro eco. E lembro que foi o seu governo que tirou o Brasil do mapa da fome.

Lula começou por prestar homenagem a Josué de Castro e a Herberto de Sousa (Betinho) que foram pioneiros na luta contra a fome no país. Josué de Castro foi um geógrafo que na década de 1960, nas suas pesquisas, alertou para o problema da fome e para a necessidade de políticas de combate a fome. Betinho, no início dos anos 1990, organizou a Ação para a Cidadania, um movimento da sociedade civil que demandou, do governo, medidas concretas de luta contra a fome que levou à realização, em 1994, da 1.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O discurso de Lula da Silva se centrou em afirmar que os seus governos, bem como os de Dilma Russef, foram e seguem sendo governos para todos. Por isso, o investimento chegou pela primeira vez aqueles que estão longe das capitais e não estão organizados para fazer lobby a advocacia no governo. Gastou cerca de 20 bilhões de reais para levar a luz a 15 milhões de brasileiros das áreas remotas mais rurais. Mas, afirmou, somente que viveu toda a vida no meio urbano, sem problemas de falta de eletricidade, pode considerar um excesso de despesa. Criou o Bolsa Família, o maior programa de transferência de rendimentos do planeta. E obrigou, por lei, as escolas, os hospitais e, mais recentemente, os exércitos, a comprarem pelo menos 30% dos alimentos das suas refeições da agricultura familiar. Mas tudo isso só foi possível e eficaz porque tinha o apoio da sociedade civil; mais do que isso, foi pensado e desenhado com a sociedade civil, em conferências como esta e no CONSEA. Hoje, o Brasil passa por uma crise económica e política que aponta para retrocessos. Lula exortou, portanto, os presentes a defenderem o projeto de sociedade que, juntos, o seu governo e a sociedade civil, construíram ao longo desde 2004.

DIA 4: ATO SOLENE E PLENÁRIA FINAL DE APROVAÇÃO DE RESULTADO

O último dia de atividades da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional teve algumas alterações ao programa proposto em virtude dos atrasos acumulados ao longo da semana. Os trabalhos foram iniciados por um ato solene no qual participaram Maria Emília Pacheco, Presidente do CONSEA; Tereza Campelo, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Patrus Ananias de Sousa, Ministro do Desenvolvimento Agrário. Os trabalhos seguiram com apresentação e discussão dos resultados dos trabalhos de grupo relativos ao eixo 2, das moções e da Carta Política.

Maria Emília fez um discurso breve, afirmando que a segurança alimentar e nutricional não pode ser separada de outras dimensões da vida e da sociedade. Na véspera, a represa de contenção da mineradora Samarco Mineração, deixando duas vítimas mortais e 28 desaparecidos (13 trabalhadores da mineradora e 15 moradores de comunidades atingidas), em Minas Gerais. A lama e os detritos da barragem provocaram destruição ao longo de 10



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

quilômetros. A Presidente do CONSEA pediu um minuto de silêncio pelas vítimas do acontecimento.

Tereza Campelo saudou a conferência destacando sua importância. Lembrou que as suas conclusões serão o ponto de partida para o governo definir a sua estratégia de SAN para os próximos 10 anos. O sucesso da conferência, para a Ministra do Desenvolvimento Social, o produto de lançar sementes em solo fértil. Esse solo fértil que são as parcerias interinstitucionais entre diferentes ministérios; a elevada participação social e o compromisso político do governo. Encerrou dando como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos, parceria entre o MDS, o MDA e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). A qualidade das suas medidas, a começar pelo seu desenho adequado às necessidades da agricultura familiar, são devidas não só a essa cooperação interinstitucional, mas também ao controlo social e à participação da sociedade civil.

Patruz Ananias de Sousa afirmou que a Conferência e os Conselhos de SAN do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional cumprem um papel civilizacional no Brasil. Eles ajudam a consolidar o combate à desigualdades. Em resultado disso, o país não vê mais as imagens de miséria que existiam no Nordeste. A cada seca, milhares de retirantes (migrantes) marchavam rumo ao Sudeste em busca de melhores condições de vida. Hoje, apesar do Brasil estar a passar pelo quinto ano consecutivo de seca, essas imagens não se veem. Isso é resultado da política social e de SAN. Por certo, continuou o Ministro, muito falta fazer. Estamos longe da aprovação do PRONARA (plano de redução do uso de agrotóxicos) e de uma política desejável de promoção da agroecologia. E encerrou o discurso citando a Carta Encíclica de Francisco, “Sobre o cuidado da casa comum”, onde alerta para a necessidade de controlo social do desenvolvimento da tecnologia ligada ao ambiente e à agricultura. E citando as palavras do Papa, Patruz Ananias afirmou: “A tecnologia que, ligada à finança, pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros”.

Seguiu-se a plenária da conferência que discutiu e aprovou os resultados dos grupos de trabalho do eixo 2. Das cerca de 360 propostas constantes do caderno de debates da conferência, que foram produzidas nas conferências municipais, estaduais e temáticas, que anteciparam esta conferência nacional, 331 pertenciam ao eixo 2. Além do mais, estras propostas serão o ponto de partida de trabalho do CAISAN, com apoio do CONSEA, para a realização do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o próximo 2016 a 2026. Dada a quantidade e a importância das propostas, a Comissão Organizadora da Conferência havia decidido que todas iriam constar do relatório final da conferência. A Conferência Nacional teria como função a) priorizar as propostas por meio de votação individual (cada um dos delegados teve direito a votar em quatro propostas por cada um dos nove subtemas do eixo 2). b) A fim de levar em conta o debate da conferência, cada grupo de trabalho pode incluir duas propostas que, não obstante, necessitaram de aprovação pelo plenário. Depois de apresentada a priorização feita pelos delegados, a plenária, apreciou, discutiu e votou as 82 propostas submetidas pelos grupos de trabalho.

Os trabalhos encerraram com a discussão e votação da Carta Política da Conferência, um sumário dos trabalhos em duas páginas, escrito em forma de manifesto político.



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

Comentários à 5.ª Conferência

A participação na 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deixou claro que a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada foi devida a três fatores: o compromisso do governo; o seu caráter intersectorial e a participação da sociedade civil. De fato, a primeira conferência, em 1994, já havia ficado a dever-se ao PT e ao seu líder, Lula da Silva, que a prepararam por iniciativa de um “governo sombra”. Itamar Franco, Presidente da República, decidiu realizar a conferência e as organizações da sociedade civil, que então eram próximas do PT, participaram nela. Contudo, o governo não deu sequência a esse esforço de 1993/4; somente dez anos depois, com a chegada de Lula da Silva ao governo, foi possível realizar a II Conferência. Indiscutivelmente, sem o empenho político do governo de Lula da Silva, a criação do CONSAN teria sido impossível.

Entre 2003 e 2006, o SISAN passou por um processo de institucionalização progressivo. A sua estrutura – a CNSAN, o CONSEA e o CAISAN – foram de imediato criados por decreto presidencial. Mas o seu primeiro objetivo foi tornar o SISAN mais do que uma política de governo e convertê-la em política de Estado. Quer dizer, a primeira tarefa do CONSEA, que culminou em 2006, foi buscar apoio no poder legislativo e assegurar o seu enquadramento em uma lei orgânica, aprovada pelo Congresso Brasileiro, que substituiu o decreto presidencial. Ou seja, o CONSEA aproveitou o empenho do governo com as políticas de segurança alimentar e nutricional para se alicerçar no Estado para além da vontade do governo atual e futuro.

O compromisso do poder executivo voltou a revelar sua importância após a aprovação da LOSAN. Esta previu a replicação das estruturas do SISAN (Conferência, CONSEA e CAISAN) aos níveis estadual e municipal. A sua implementação contudo foi muito desigual, decorrente do empenho dos organismos executivos a estes níveis. A implementação do SISAN a nível estadual ocorreu depois de 2007 e já está concluída. Ao nível municipal, a sua implementação é muito desigual.

A própria natureza da problemática de SAN existe o concurso de políticas diferenciadas envolvendo vários ministérios. Esse fato se materializou na presença de 19 representantes de vários ministérios e serviços o governo no CAISAN e no CONSEA. Nesse sentido, a função dos órgãos do sistema não passa tanta pela gestão de políticas próprias, mas pelo desenho e monitoramento de políticas setoriais interrelacionadas. Do ponto de vista prático (e orçamental), é possível dizer que uma política de SAN com a brasileira demanda dois tipos de financiamento: direto dos custos de funcionamento dos órgãos do SISAN e “indireto” das políticas públicas que lhe preexistem sectorialmente nos ministérios envolvidos. O sistema existe para aumentar a eficácia das medidas por meio de sua integração.

Vale notar contudo que essa integração só resultou porque, por um lado, veio acompanhada de um maior empenho do governo e investimentos público em políticas de SAN. Por certo, antes de 2003, já existiam medidas similares ao programa Bolsa Família; contudo, o volume de recursos financeiros mobilizados era incomparavelmente menor. E, por outro lado, porque a participação social contribuiu para forjar medidas inovadoras e, muito particularmente, adequações inovadoras das medidas. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos, programa que visa que 30% dos alimentos comprados por instituições públicas (escolas, hospitais, quartéis, etc.) tenham origem na agricultura familiar. Este programa foi



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

desenhado no CONSEA. Mas há que considerar igualmente as dezenas de propostas de adequação do programa Bolsa Família e do PRONAF, programa de crédito à agricultura familiar.

Uma característica das políticas públicas desenhadas de forma participativa, considerando estas, é a ampliação do número de modalidades dos programas por forma a adequarem-se à multiplicidade de situações em que vivem os aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. Por isso, o PRONAF, por exemplo, inclui linhas de crédito para jovens, mulheres, produtores agroecológicos, etc.

Tudo isto leva para um debate intenso entre os “militantes” do Direito Humano à Alimentação Adequada, que está constantemente presente no CONSEA e nas conferências. A questão é saber se a sociedade civil, em particular o CONSEA, deve ser apenas um órgão consultivo da Presidência da República, ou, pelo contrário, as suas decisões devem ser efetivas. Dois argumentos foram utilizados pelo ex-Presidente do CONSEA⁴ para defender o seu caráter consultivo. O primeiro diz respeito à composição do próprio conselho: seria muito difícil manter a composição majoritária da sociedade civil no CONSEA se este tomasse decisões vinculativas. O governo eleito reclamaria pelo menos 50% dos lugares.

Segundo, a sua natureza intersectorial: envolvendo diferentes ministérios e institutos públicos, ele toma posição sobre uma parte substancial do programa de governo sufragado em eleições. Ou seja, caso as decisões do CONSEA fossem vinculativas, elas substituiriam o programa de governo e, portanto, o próprio ato eleitoral.

A questão coloca-se em saber então para que serve um conselho consultivo. Em primeiro lugar, tornar evidentes as divergências existentes entre os diversos atores. Não apenas entre a sociedade civil e o Estado, mas também entre diferentes setores da sociedade civil e do Estado. Somente a partir do reconhecimento das divergências se pode trabalhar sobre os pontos comuns e chegar a políticas concertadas. No entanto, isso não assegura a sua aprovação. É necessário que elas tenham apoio social, para além do CONSEA, por forma a serem validadas pelo governo eleito e, quando necessário, pelo Congresso. Ou seja, as propostas do CONSEA tornam-se “vinculativas” quando encontram apoio político na sociedade em geral.

A 5.ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apresenta o resultado do anterior. Não é possível compreender a conferência sem tomar em conta o contexto sociopolítico em que ocorreu. Por um lado, o sucesso do programa: o Brasil saiu do mapa da fome das Nações Unidas. Isto quer dizer, em termos concretos, que menos de 5% dos brasileiros passam fome. Segundo os dados estatísticos nacionais, apenas 3,5%. É possível afirmar que 3,5% de 204 milhões de pessoas são 7 milhões de indivíduos. Há países com menos habitantes. Não obstante, a verdadeira dimensão do esforço político, social se torna evidente quando se recorda quem, em 1992, o número de pessoas subnutridas era de 22 milhões habitantes, ou 14% dos brasileiros.

Por outro lado, não se pode desconhecer o impasse político que vive o Brasil; esse impasse coloca em cheque a continuidade do Partido dos Trabalhadores à frente do governo. Portanto, a 5.ª CNSAN colocou abertamente a necessidade de ampliar a sua base de sustentação, em um momento que, por um lado, está em causa a continuidade do governo que

⁴ Maluf, *op. cit.*



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

a criou e, por outro lado, o debate político (seja motivado pela crise económica, seja motivado pela ascensão do discurso conservador) coloca em causa as políticas sociais. Depois das críticas iniciais, nenhum político criticou abertamente o programa Bolsa Família, por exemplo, ante os seus resultados. As primeiras críticas surgiram com a crise do governo do PT fortemente vinculado ao programa. Por outro lado, recentes revisões do Programa de Aquisição de Alimentos, em face da crise, económica têm subtraído parte do seu carácter inovador.

Neste sentido, o lema “Comida de verdade no campo e na cidade” mostram claramente a estratégia pensada pelo CONSEA e pela Comissão Organizadora da conferência para a superação deste duplo dilema. A 5.ª CNSAN foi apresentada como uma tentativa de “ampliar a militância” em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada; de superar discussões em torno da quantidade de alimentos para debater a sua qualidade. Dois eixos de debate estavam presentes. Primeiramente, a defesa de uma alimentação baseado em produtos da agricultura orgânica e a promoção da agroecologia. Em segundo lugar, a necessidade de combater as doenças alimentares, em particular da obesidade. (Vale notar que, em 2014, a CAISAN nacional, elaborou uma estratégia de combate à obesidade.)

Esta situação colocou em relevo o caráter rural das políticas públicas de SAN. Até agora, os programas foram dirigidos aos agricultores familiares, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos, ou tiveram maior impacto em meio rural. O programa Bolsa Família, que paga uma mensalidade inferior a 100 dólares americanos por família, tem maior efeito ali onde o custo de vida é menor. Por outras palavras, foi possível um enorme avanço na realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada focalizando os programas nos agricultores pobres, enquanto setor mais vulnerável relativamente à sua situação de SAN, mas também enquanto produtores de alimentos e, por isso, portadores da solução do problema. Contudo, a consolidação e ampliação desses esforços exige agora colocar a visão do consumidor urbano em pé de igualdade com a visão do consumidor rural.

A esse respeito, parece-nos que ainda há um longo caminho para percorrer. A composição da 5.ª CNSAN, em termos de delegados, refletiu ainda a trajetória passada das políticas de SAN. A maioria dos delegados eram representantes de grupos sociais de origem rural ou de serviços dos governos para a agricultura. Isso se refletiu na natureza das problemáticas levantadas, sobretudo naquelas relacionadas com o consumo de alimentos. Falou-se muito de um “consumo consciente” capaz de favorecer a produção de base agroecológica, o que, a nosso ver, reflete muito mais as expectativas que os produtores fazem dos consumidores que o ponto de vista dos consumidores. Estas limitações refletiram-se no Manifesto que a conferência produziu.

Convém, no entanto, assinalar que os desafios que o Brasil tem para solucionar são desafios bons, produto do sucesso das políticas dos últimos doze anos.



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

Anexo

MANIFESTO DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL À SOCIEDADE BRASILEIRA SOBRE COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE, POR DIREITOS E SOBERANIA ALIMENTAR

A comida de verdade é salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/ povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado.

Comida de verdade é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. Deve atender às necessidades alimentares especiais. Comida de verdade é aquela que é compartilhada com emoções e harmonia. Promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade.

Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos. Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar

A comida de verdade é salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/ povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado.

Comida de verdade é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. Deve atender às necessidades alimentares especiais. Comida de verdade é aquela que é compartilhada com emoções e harmonia. Promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade.

Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos.

A alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e carrega em sua história a dor e o sofrimento dos povos originários e africanos escravizados, que se perpetuaram nas restrições de acesso à terra e aos modos de produção.

Nos últimos anos, registram-se grandes conquistas no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação dos povos e comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais em sua construção e implementação orientadas pelo respeito à sociobiodiversidade.

Em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional Nº 64, na qual o Direito Humano à Alimentação Adequada foi consagrado. O despertar da sociedade e governo sobre a importância da alimentação saudável gerou grande impacto, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a priorização das populações mais vulneráveis, o reconhecimento da diversidade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) com a promoção da visibilidade da matriz produtora de alimentos na diversidade cultural e alimentar. Além disso, houve fortalecimento do controle social;



REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança
Alimentar e Nutricional na CPLP

MSC

CONSAN - CPLP

MECANISMO DA SOCIEDADE CIVIL
NO CONSAN-CPLP

redução da mortalidade infantil, que estava vinculada a altos índices de desnutrição; estímulo ao consumo de alimentos in natura e à redução no consumo de produtos alimentícios ultraprocessados. Outros avanços se destacam, a exemplo da edição do Guia Alimentar para a População Brasileira e a revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome. Essa importante conquista é resultado de intensos debates e mobilização da sociedade civil na construção de políticas públicas, criação e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) por meio de programas como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); acesso à água (Projeto 1 Milhão de Cisternas - P1MC e P1+2 Uma Terra e Duas Águas); e promoção da agricultura agroecológica.

Apesar das lutas e conquistas, ainda persistem elevada concentração fundiária, crescimento da monocultura, liberação de transgênicos e incentivo ao uso de agrotóxicos. Enfrentamos uma grave crise hídrica, bem como a expansão do consumo de produtos alimentícios ultraprocessados nas dinâmicas alimentares da população brasileira.

Para comer uma comida de verdade, conheça a verdade sobre a comida!

Conclamamos toda a população brasileira a tomar conhecimento sobre Comida de Verdade e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)! E a envolver as instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil, escolas públicas e privadas como parceiros na orientação para uma produção, comercialização e consumo de uma alimentação adequada e saudável, participando e exercendo controle, cobrança e fiscalização social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Inspirados por uma ética alimentar, reafirmamos o valor da diversidade alimentar e cultural do país.

Que as três esferas de governo garantam políticas públicas de acesso à terra, à água potável, ao saneamento ambiental urbano e rural, às sementes crioulas e assistência técnica de qualidade e à regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como dos assentamentos e territórios de identidade de cidadania; que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais para a produção, o consumo e a comercialização socialmente justa e sustentável de alimentos livres de agrotóxicos e aditivos químicos e transgênicos. Além disso, é necessário que sejam fortalecidas e ampliadas as ações de promoção e proteção da saúde, especialmente a regulamentação da publicidade de alimentos, a rotulagem e o acesso à informação para as pessoas com deficiência e necessidades alimentares especiais.

Chamamos a sociedade civil e o poder público a celebrar os avanços no âmbito da segurança alimentar e nutricional e a revitalizar a comida de verdade do Brasil para conquistar a soberania alimentar e consolidar a segurança alimentar e nutricional.

Brasília, 06 de novembro de 2015